

A retomada do nacional-popular na Bolívia: um novo bloco no poder?*

Jórisa Danilla N. Aguiar** y Janaina F. dos Santos***

Introdução

Partimos do processo de reestruturação capitalista para compreender nosso objeto de estudo: a validade do conceito de “bloco no poder” para interpretar a heterogeneidade dos processos políticos latino-americanos contemporâneos. Com este objetivo, utilizaremos como estudo de caso o governo boliviano sob a gestão de Evo Morales, trabalhando com a hipótese de que o Movimento ao Socialismo (MAS), seu partido, tem desenvolvido uma variante do capitalismo dependente que novamente recupera frações burguesas estatais – que vão se somar às frações importadoras pazeñas¹ – para compor o novo bloco no poder, de demanda nacional-popular, que contemplam também (ao menos em discurso) a soberania indígena e a inserção dos mesmos no sistema político.

O conceito poulantziano de bloco no poder será utilizado para a análise crítica desse governo por nos permitir entender que existe uma pluralidade de frações de classe hegemônicas por uma fração destas no bloco no poder, sem que haja ruptura na unidade do conjunto das classes dominantes e que mesmo com diferentes interesses relativamente permanentes, se homogeneizam para garantir a dominação política no Estado. Contudo, trata-se de um bloco no poder de caráter neodesenvolvimentista que continua favorável ao capital estrangeiro, principalmente em longo prazo, conforme aponta acertadamente Duran Gil².

Para isso utilizaremos fundamentalmente a obra do grego Nicos Poulantzas “Poder Político e Classes Sociais”³, que se desenvolve em uma perspectiva que aglutina alguns elementos de caráter estruturalista e onde encontramos o conceito de hegemonia aplicado às práticas políticas das classes dominantes, no interior do bloco no poder de uma formação econômico-social capitalista.

Trata-se de uma pesquisa em andamento, que nos permite apontar hipóteses indicativas acerca do processo político boliviano frente ao debate sobre as articulações entre as frações de classe que hoje compõem o bloco no poder no país. Interessou-nos, também, identificar os efeitos gerados no Estado como consequências de uma política neodesenvolvimentista em longo prazo.

Com nossa hipótese, problematizamos se o governo de Morales forja a socialização do poder político e não questiona a socialização dos meios de produção, nem através de nacionalizações, que continuam a favorecer o

* Uma parte desta pesquisa foi apresentada pela segunda autora no 35º. Encontro Anual da ANPOCS, no Grupo de Trabalho “Marxismo e ciências sociais”. Está também inspirada na dissertação de mestrado da segunda autora, em particular nos dois últimos capítulos.

** Universidade Federal de Campina Grande - Grupo Práxis.

*** Universidade Federal de Campina Grande - Grupo Práxis.

¹ Faz referência à capital, La Paz.

² Durán Gil, Aldo. “Bolívia: Duas revoluções nacionalistas?”. Perspectivas. Revista de Ciências Sociais. UNESP, 2008.

³ Poulantzas, Nicos. Poder Político e Classes Sociais. São Paulo, Martins Fontes, 1977.

extrativismo, e nem através de expropriações, que não estão previstas nem na constituição, somando-se à esses fatores a força do componente militar como parte da postura do governo.

Assim, entendemos que qualquer aliança burguesa constitui-se como um movimento pensado pela hegemonia que, frente à crise do capital em sua fase neoliberal, ensaia possibilidades de reforma dentro do sistema capitalista, e, por esta razão, pôde-se visualizar uma nova situação política no subcontinente: a eleição de governos com altos índices de popularidade e o fortíssimo grau de cooptação sindical desses governos. Antagonicamente, o governo masista pretende articular-se “por cima” da luta política, utilizando-se do aparelho do Estado, tendo como resultado uma nova conformação social que privilegia setores da burguesia estatal e de uma nova burguesia pacheña (de origem indígena e em alguns momentos aliada aos movimentos populares). Independentemente das conclusões políticas aqui apresentadas e que em grande medida foram caracterizadas como reformistas, nosso objetivo consistiu também em fornecer elementos para poder pensar como transcender a sociedade capitalista. Sem desqualificar os ganhos obtidos através da luta de classes na última década no país, ou até mesmo durante o governo nacional-democrático de Morales, entendemos que a contradição mais latente entre discurso e práticas que envolvem os novos modelos de governo latino-americanos que emergem em um contexto de crise capitalista e crise do sistema político vigente residem, justamente, em não questionar a divisão internacional do trabalho construída pelo imperialismo.

O ressurgimento do nacional-popular na Bolívia contemporânea

Antes mesmo de ser eleito presidente pela primeira vez em 2005, Evo Morales destacava a importância do movimento popular para que se continuasse o processo de transformações iniciados a partir do conflituoso quinquênio que havia experimentado a Bolívia⁴. Foi um momento fundamentalmente particular pela

⁴ O modelo neoliberal seguia estável por mais de 20 anos, até que em meados de 2000 as lutas antiimperialistas por nacionalizações (água, gás, campos de petróleo e hidrocarbonetos) e pelo reconhecimento da pluriculturalidade do país passaram a ter visibilidade internacional. Iniciadas pela “Guerra da água”, um conflito que se desencadeou no ano 2000 quando o então presidente Hugo Banzer tentou vender o sistema de abastecimento de água em Cochabamba a uma multinacional estadunidense, arrendando a água até 2039 para a empresa Águas del Tunari, subordinada à californiana Bechtel. Seriam arrendadas inclusive as águas das chuvas. Após golpear famílias locais com suas taxas abusivas e de violentos confrontos com as forças de segurança, uma coordenadoria formada por agricultores, ambientalistas, trabalhadores, setores da classe média dentre tantos outros, lograram na reversão do projeto de privatização. Já durante essa denominada guerra, Evo Morales aparecia como um importante líder do movimento cocalero, o mais importante dos movimentos sociais contemporâneos no país. Três anos depois eclode no departamento de El Alto a primeira “Guerra do gás”, sob o governo de Gonzalo Sánchez de Lozada. A tentativa era exportar gás ao México e EUA através do porto chileno, nos mesmos moldes da negociação da água, onde a cada US\$ 24 ganhos já livres de impostos os bolivianos teriam direito a US\$ 1, caracterizando mais um consórcio que viabilizava exploração. Como consequência dessa guerra, houve longa repressão estatal, muitos mortos e feridos e a renúncia de Sánchez de Lozada, pressionado por levantes de

notável agitação das massas no país, que culminou na renúncia de pelo menos dois presidentes e na antecipação das eleições. É um período onde se aponta uma tentativa de construção de uma contra hegemonia, como propõe Gramsci, como sendo a construção de uma visão do mundo e nova vontade coletiva relacionando estrutura e superestrutura na construção de um novo bloco histórico⁵.

Para o governo, o MAS, como instrumento político, seria a “porta ampla” junto a esse movimento em luta para que democraticamente se chegasse ao poder, contrariando a prática golpista exercida pelos presidentes anteriores⁶. Da eleição até os dias de hoje, em mais da metade de seu segundo mandato, o presidente indígena lida com a complexa e arriscada forma de governar com os movimentos sociais, as alianças burguesas e desafios eleitorais, tendo logrado converter o instrumento político MAS em um partido hegemônico na Bolívia contemporânea. Tendo como base o discurso governista, vê-se o “Movimiento ao Socialismo” como uma representação ideológica dos setores subalternos da sociedade boliviana em direção a um novo nacionalismo revolucionário e a um novo sindicalismo autônomo da Central Operária Boliviana (COB) impulsionado pelos cocaleros e impulsionado também por elementos antiimperialistas recuperados nas lutas dos anos 2000 em diante. Ainda as palavras do vice-presidente García Linera (apud Stefanoni)⁷, Evo Morales corporifica um governo que simboliza o fim de um horizonte de possibilidades restrito à subordinação dos indígenas. Contudo, analisaremos no decorrer do artigo alguns fatores que nos permitem problematizar essas afirmações.

Segundo a Constituição de 1967, aplicava-se ao país a chamada “democracia pactuada”, um acordo entre os partidos e que visava a distribuição de cargos não sendo necessário atingir a maioria absoluta dos votos para se chegar à presidência. Quando não se chegava a essa maioria, o Congresso escolhia entre os três mais votados (ou entre os dois mais votados, a partir de 1993) quem assumiria o cargo presidencial. Foi uma premissa que continuou vigente até a promulgação da nova Constituição Política do Estado, sancionada em 2009. O MAS apresenta o fim da democracia pactuada, e diz estar embasado em uma reforma estatal que estaria impulsionada por uma combinação entre a democracia representativa com a participativa.

A situação de rompimento com os partidos políticos existentes até então e a demanda popular-nacionalista se somaram de maneira particular a uma intensa

massas. Desta forma, a presidência foi assumida Carlos Mesa Gisbert, o vice, até que se convocassem novas eleições. Eleição essa que foi antecipada para 2005, quando Mesa também renuncia (em meio à segunda “Guerra do gás”) e então Evo Morales é eleito presidente, junto à García Linera, seu vice, pelo MAS.

⁵ De forma simplificada, o conceito de bloco histórico para Gramsci significaria a articulação entre a estrutura (econômica) e a superestrutura (política, jurídica e ideológica) num momento histórico determinado e de hegemonia (Cf. SANTOS, J. Freire dos. ADISSI, P. Oliveira. O conceito de Hegemonia Gramsciana numa Perspectiva Poulantziana e as possibilidades contra-hegemônicas. 35º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 2011.

⁶ Vilarino, Ramon Casas. “Lutas Sociais na Bolívia – entrevista com Evo Morales”. Revista Projeto História, julho, n. 31, São Paulo, pp. 337-348. Dez. 2005, p. 340.

⁷ Stefanoni, Pablo. “Governo Evo Morales: permanências, mudanças e desafios”. Ramon Casas Vilarino (trad.) Revista Lutas Sociais. NEILS, São Paulo, n. 24, 2010.

onda contra-hegemônica observada à época na América Latina. Particularmente na Bolívia, a chamada “agenda de outubro”⁸ ainda sob o governo de Carlos Mesa traria para o âmbito governamental a resposta ao período de lutas vivido no país. Evo Morales apresentou a maior mudança estabelecida pela “agenda” como carro chefe de sua campanha, referendando e aprovando junto à população uma nova constituição em 2009. Mais uma vez, o MAS e seus líderes apresentavam-se como primeiro mandato a ter um presidente de descendência indígena e que ouvia, obedecia e respeitava seu povo⁹. No entanto, Pablo Stefanoni ressalva que:

(...) sem desmerecer as rupturas efetivas, estas políticas democratizantes representam de alguma forma um aprofundamento das reformas implementadas nos anos 1990, no marco do projeto neoliberal, que promoveram uma série de inovações institucionais como a municipalização do país (eleição popular de prefeitos e autonomia financeira dos municípios) por meio da Lei de Participação Popular, a eleição de deputados uninominais e o reconhecimento do caráter pluriétnico, multicultural e plurilíngue do país. Assim, foi eleito o primeiro vice-presidente aymará: Víctor Hugo Cárdenas¹⁰ (Albó, 1994). Essas “oportunidades políticas” foram aproveitadas por camponeses e indígenas que começaram a ocupar prefeituras e, mais tarde – massivamente – bancadas no Congresso¹¹.

Com essa afirmação, o autor admite que, mesmo vivenciando um novo tipo de democracia, o MAS não traz consigo somente novidades e, no seu quadro de governo, poucos são indígenas, uma mistura existe entre o “entorno blancóide” e a subordinação à militância através de organizações populares rurais e urbanas¹². Na sua análise sobre o MAS, Stefanoni encontra ainda dois outros problemas: o conflito de interesses entre os povos (cocaleros, indígenas, mineiros) e a transformação do MAS em uma grande fonte de cargos e de carreira política. É uma crítica que reflete a ideia do autor de que não é possível estabelecer algum outro tipo de sociedade (a sociedade socialista, que caracterizaria uma mudança

⁸ De acordo com Cunha Filho (2009), faz referência ao mês em que se deram os mais violentos confrontos da Guerra do Gás e a renúncia do então presidente Sánchez de Lozada (Carlos Mesa, como seu vice, assume a presidência até que se convoquem novas eleições, antecipadas para 2005 e vencidas pela primeira vez por Evo Morales). Uma promessa política que mais tarde seria apropriada pelo MAS e pelo governo de Morales. Entre as reivindicações estão a nacionalização do gás e demais recursos naturais, convocação da Assembléia Constituinte, o reconhecimento dos diversos povos originários e a punição aos responsáveis pelas mortes do “Outubro Negro”.

⁹ García Linera, Álvaro. “El evismo: lo nacional-popular en acción”. Revista OSAL, Observatorio Social de América Latina, año VII, no. 19, p. 25-32, 2006.

¹⁰ Víctor Hugo Cardenas foi vice-presidente no governo de Sánchez de Lozada em seu mandato de 1993-97, quando houve significativas privatizações de empresas estatais (grifo nosso).

¹¹ Stefanoni, Pablo. Op. cit. p. 118.

¹² Pablo Stefanoni também chama esta ação política de “cidadania mediada” (Op. Cit., 2010, p. 119).

verdadeiramente revolucionária) sem acabar com o aparelho burguês do Estado, mesmo reconhecendo as mudanças em termos de participação na nova democracia inaugurada com o Estado Plurinacional.

Evo Morales, junto ao intelectual e vice-presidente García Linera, está realizando uma revolução descolonizadora das estruturas de poder, uma revolução cultural, política e democrática, mas não social. A revolução, para esses líderes, está acontecendo como um processo de transformações que conta diretamente com a consciência do povo e com a via democrática, “fundamentalmente, com propostas que permitam equilíbrios econômicos para a sociedade, para as maiorias do país”, segundo Vilarino¹³. No início do primeiro governo, García Linera anunciava um verdadeiro “capitalismo andino”, que sem fugir da sua epistemologia, buscava alianças com os setores médios, uma estratégia que definiria o destino desse governo¹⁴. García Linera divulga a ideia de que não existem sujeitos políticos que possam passar do indigenismo ao socialismo sem também atravessar o capitalismo. Morales, com influência do zapatismo, diz seguir a premissa de mandar obedecendo e não cansa de repetir a frase “Ahora somos todos presidentes”. O vice-presidente realiza uma análise que permite compreender a estratégia política do evismo, uma estratégia de poder fundada nos movimentos sociais, tomando os marxismos existentes, mas subordinando-os ao indigenismo, ressaltando questões étnico-raciais em detrimento da luta de classes¹⁵.

Nas palavras do próprio García Linera¹⁶, o capitalismo andino “é um conceito teoricamente honesto e compreensivo” exprimindo o que é possível realizar na Bolívia durante seu governo, sem cair no idealismo. Deixa claro, ainda, que a Bolívia está passando por uma fase decisiva em sua história política, mas que está pautada no marco do capitalismo mundial, realizando uma combinação de processos:

(...) A esa particularidad del capitalismo local que combina procesos de subsunción formal y subsunción real lo hemos llamado capitalismo andino-amazónico. (...) No es que sea lo que uno quiere, nuestro objetivo, lo que decimos es que las posibilidades de transformación y emancipación de la sociedad boliviana apunta a esto¹⁷.

No entanto, quando se refere à necessidade de construir um capitalismo andino, não expõe com quais frações de classes deveriam realizá-lo. Sem problematizar, a ideia de construção do capitalismo andino foi trocada

¹³ Ibid., p. 341.

¹⁴ García Linera, Álvaro. “El evismo: lo nacional-popular en acción”. Revista OSAL, Observatorio Social de América Latina, año VII, no. 19, p. 25-32, 2006.

¹⁵ Cf. Stefanoni, Pablo. “El nacionalismo indígena en el poder”. Revista OSAL, Observatorio Social de América Latina, año VII, no. 19, p. 37-44. 2006 e Orellana Aillón, Lorgio. Nacionalismo, populismo y régimen de acumulación en Bolivia. CEDLA, Centro de Estudios para el Desarrollo Laboral y Agrario, La Paz, Bolivia. Fevereiro, 2006.

¹⁶ Stefanoni, Pablo; Ramirez Galegos, Franklin; Svampa, Maristela. Biografía política e intelectual: Álvaro García Linera. La Paz, Le Monde Diplomatique Edición Boliviana. 2008, p. 74 e 75.

¹⁷ Ibid., p. 75.

rapidamente pela do “socialismo comunitário”, ainda sem apresentar os sujeitos políticos que possam realiza-lo e sem diferenças gritantes com a definição de “capitalismo andino”. De acordo com a definição de Morales, a construção do “socialismo comunitário” se dá por etapas, se basearia na comunidade, coletividade e reciprocidade, inclusive com a burguesia¹⁸.

A Bolívia encontra-se frente a um novo ciclo nacionalista, em uma encruzilhada histórica com o nacionalismo militar das décadas de 1930 e 1940, com a revolução nacional de 1952 e com o breve ciclo de nacionalismo operário-militar da década de 1970, somando-se às lutas antiimperialistas por nacionalizações iniciadas nos anos 2000. Trata-se de um país de baixo desenvolvimento e riqueza baseada em recursos naturais – petróleo e gás – e assim, nos perguntamos se estamos assistindo a uma tentativa de formação de uma nova fração dominante do bloco no poder, que desde o âmbito político – corporificado no Estado Plurinacional – se estabelece no econômico.

O debate poulantziano e a função política do Estado

Trazer à baila as principais concepções de Nicos Poulantzas no tocante à sua primeira fase em “Poder Político e Classes Sociais” impõe, à sua compreensão, estar a par do instante em que se deu a construção de tal obra. Uma reintrodução das discussões sobre o Estado e o poder no interior do marxismo ocorreu ao final da década de 1960, impulsionada pelos debates na *New Left Review*¹⁹, onde autores como Jurgen Habermas, Claus Offe, Wolfgang Müller e o próprio Poulantzas, em seu célebre debate com Ralph Miliband, discutiam, além do legado de Marx, a relação entre a tríade: burocracia ou elite estatal, classes dominantes e o Estado capitalista.

Esse primeiro momento de Poulantzas traz como marca a visão de um Estado como estrutura, bem como a sua ambição em formular, no contexto de luta teórica na ciência política, uma teoria marxista do político. Para isso, aproveitou o instante para defender a necessidade de se revisitar os “clássicos” do marxismo em sua pureza teórica e, a partir, dos textos políticos do movimento operário e da própria ciência política realizar a conceitualização do Estado no modo de produção capitalista. Seu interesse pela tríade: Estado, poder e política se dirige ao modo de produção capitalista, onde, para ele, toda a estrutura existe em função de assegurar a coesão social, “a função específica de construir o fator de coesão dos níveis – político, econômico, ideológico – de uma formação social”, fato que exige uma dupla reprodução: o das relações de produção capitalista e o das relações de dominação da burguesia sobre as demais classes sociais²⁰.

A partir da caracterização desse Estado, Poulantzas apresenta uma estratégia leninista no tocante à alternativa para a superação desse Estado. Um Estado contra-hegemônico se ergueria mediante ação da dualidade de poderes da classe trabalhadora e do partido. Para Poulantzas, como conclusão teórica, o Estado não é

¹⁸ Vilarino, Op. cit., p. 340.

¹⁹ A revista inglesa, *New Left Review*, foi fundada em 1960, sendo um dos periódicos de maior importância para os debates da esquerda na Europa.

²⁰ Poulantzas, Op. cit., p. 40.

um “aparelho” material, porém se apresenta como o local onde se tornam expressivas as contradições entre os diversos níveis da formação social capitalista: “as instituições ou os aparelhos não possuem poder próprio e só exprimem e cristalizam os interesses e poderes de classe”²¹.

Desse modo, politicamente a conclusão a que chega Poulantzas, nesta obra, é que a possibilidade de ação contra-hegemônica deve se voltar para quem garante o estabelecimento da ordem capitalista, que não é outro senão o Estado. É partir de sua caracterização do Estado capitalista que o marxista grego-francês chega à formulação da ideia de “bloco no poder”, ou seja, as “frações da burguesia”, apesar de possuírem diferentes interesses, mostram-se homogêneas e se cristalizam como poder no Estado capitalista:

(...) o Estado capitalista, através do jogo interno das suas instituições, “torna possível”, na sua relação com o campo da luta política de classe, relação esta concebida como fixação de limites, a constituição do bloco no poder²².

Mesmo que mantenham entre si contradições, a burguesia (classe dominante no capitalismo) mantém esse jogo de relações sociais para executarem a dominação política e a direção ideológica das demais classes sociais. Assim, no interior do Estado capitalista há diferentes interesses, das frações de classes, mas não há ruptura da unidade dessa classe dominante.

Desse modo, a unidade com a qual se apresenta o Estado capitalista a nada mais serve senão para legitimar a hegemonia do bloco burguês no poder. A sua aparência, de fato, é a demonstração de como a “sociedade civil” torna as ideias de uma fração como sendo as ideias do todo. Na verdade essa característica do Estado no capitalismo, para Poulantzas, é reveladora da dominação de uma classe ou frações dela em relação às outras classes ou frações de classe, demonstrando, desse modo que a classe hegemônica é aquela que possui a capacidade de, no interior de um bloco no poder, tanto representar a “vontade coletiva”, como se fazer impor sobre as demais frações da classe dominante.

De acordo com o autor:

O poder de Estado constitui uma unidade própria, na medida em que as suas instituições são organizadas como constitutivas da unidade do povo e da nação. O Estado, estabelecido como lugar do “universal”, da vontade geral, do público, é tido como representando não estes ou aqueles interesses privados e constelações econômico-sociais, ou a sua soma, mas o conjunto político unitário do povo-nação²³.

No tocante à “unidade política” que possui o Estado capitalista que demonstrou Poulantzas em sua teoria, o dito abaixo aponta que:

²¹ Ibid., p. 75.

²² Ibid., p. 225.

²³ Ibid., p.274.

A contribuição especial de Poulantzas às teorias do Estado está posta quando ele mostra como o Estado capitalista fornece o quadro para as lutas entre frações da classe dominante e reintegra a classe operária, como indivíduos separados dos meios de produção e de sua classe, numa nação e num conjunto unificado de regras e instituições. Ao mesmo tempo, o Estado fornece o espaço político para a luta de classes. É ele que reintegra os trabalhadores e os burgueses num todo unificado que será reproduzido como sociedade capitalista –como uma estrutura de classes– através do tempo²⁴.

Se a divisão de classes, existente no aspecto econômico da sociedade capitalista, não se reproduz no interior desse Estado capitalista (pois a classe burguesa se mostra homogênea e a mascara a divisão por meio da crença de que “todos são iguais”), a separação do trabalhador dos meios de produção é legitimada por meio desse mesmo Estado. Ou seja, o Estado capitalista é, para Poulantzas, ao mesmo tempo, unificador e separador, pois na sua encarnação de representação da unidade, concretiza a “vontade” do povo-nação ao mascarar a realidade dos interesses de uma parte. Mas como essas frações da burguesia, apesar de dominantes, mas contárias entre si e defensoras de interesses próprios, podem se mostrar de maneira unificada? Magalhães tenta demonstrar como isso é possível de acordo com Poulantzas:

Isso ocorre porque os interesses econômicos dividem a burguesia. Os burgueses são incapazes de agir coletivamente, dado que a reprodução do capitalismo é do interesse da burguesia, mas não dos capitalistas individuais: [...]. Isso posto, a tarefa de garantir a reprodução do capitalismo não pode ser assumida pela burguesia: ela (a tarefa) só pode ser realizada pelo Estado que age contra as objeções das firmas individuais.

Logo, se há no Estado esse efeito de ocultamento da realidade que é inerente ao modo de produção capitalista, como alternativa contra hegemônica não resta alternativa, senão destruir quem produz e quem impõe essa realidade, que é o Estado. Destruir a sociedade capitalista passa, impreterivelmente, pela destruição do Estado e das funções que este assume voltadas para: a economia, por organizar a produção; a política, pois representa a dominação de uma classe; e ideológica, por garantir os mecanismos de sustentação das ideias de uma classe ou frações de classe.

Limites das reformas nacionalistas: um novo bloco no poder?

A demanda pela construção de um Estado-nação na Bolívia tomou fôlego a partir das lutas antiimperialistas pela não privatização dos recursos naturais, bem como da legalização do plantio de coca, que tendiam à recuperação da identidade indígena, englobando cultura e território. Com os novos discursos, García Linera

²⁴ Magalhães, J. A. Fernandes. *Ciência Política*. Brasília, Editora Vestcon, 2001, p. 110.

trouxe a substituição de vários outros termos que, de fato, encobriam o caráter de reformas trazidas pelo governo masista, quando subordinação passou a dar lugar à soberania, onde o Estado colonial passou a denominar-se plurinacional e, finalmente, o patrimonialismo deu lugar ao Estado Moderno, cada vez mais estável política e economicamente. Ao inaugurar um período de estabilidade no país, estar-se-ia vivendo um melhor momento para a construção de uma nova sociedade, do que o período anterior à eleição evista? Qual a relação, hoje, do governo com os movimentos sociais, que foram responsáveis por sua eleição? García Linera ratifica que se formou um novo bloco no poder, mas “falta un nuevo bloque de decisiones, de configuración institucional de los tres ámbitos de poder estatal. Y aparte existen otros ámbitos donde debe definirse el poder”²⁵.

O vice-presidente boliviano, García Linera, afirma que o país passa por uma “renovação ou substituição radical de elites políticas” através da reconstrução de um novo bloco de poder econômico-político-simbólico desde o Estado, “embasada no ideário da sociedade mobilizada”²⁶.

De acordo com Linera, a partir da demanda de luta por nacionalizações, a redistribuição dos recursos seria a base econômica da construção desse novo bloco de poder, como resultado de uma derrota histórica-moral e política-cultural das antigas classes dominantes. Contudo, não aponta claramente qual a diferença classista do novo bloco no poder, restringindo-se a identificar uma identidade étnica nesse novo bloco, sem indicar também uma estratégia de longo prazo para além da industrialização extrativista como modelo produtivo de Estado. Existe um “empoderamento” do Estado com o objetivo de se desenvolver produtivamente, enquanto é promovida a “cidadanização” das massas populares?

Afirma que o governo objetiva que as elites tradicionais reconheçam a nova elite de origem indígena camponesa e pequeno burguesa e que os índios não querem desfazer as elites oligárquicas existentes, mas que pretendem compartilhar o poder através de “un capitalismo con mayor presencia del Estado”, caracterizando uma política de conciliação de classes²⁷. Com esse discurso, García Linera confirma nossa hipótese indicativa²⁸ de que existe a formação de uma nova burguesia de Estado, construída através do poder político, que se articula com uma nova fração da burguesia empresarial andina importante no seio do governo Evo Morales. Esta nova burguesia estabelece vínculos com os empresários venezuelanos “patriotas” que caracterizam a “burguesia bolivariana comercial importadora” e que conforma uma aliança que hegemoniza o bloco no poder no projeto masista revolucionário²⁹. Entendemos, então, que não existe uma caminhada rumo ao socialismo, porque não é questionada a propriedade privada burguesa. Estaríamos, pois, frente a formação de uma nova burguesia constituída nos entornos do aparelho do Estado

²⁵ Apud Fornillo, Bruno; Puente, Florencia. “Dossier Bolivia”. Instituto de Estudios de América Latina y el Caribe, 2010, p. 49.

²⁶ Id.

²⁷ García Linera, A. Las élites compartem el poder. Bolívia, 2007. e Stefanoni, P. Queremos un capitalismo con mayor presencia del Estado. Entrevista com Alvaro García Linera. 2007, <http://www.rebellion.org/noticias/2007/5/51113.pdf>.

²⁸ Concordando fundamentalmente com Duran Gil, Op. cit. p. 169.

²⁹ Duran Gil, Op. Cit. e La Calle. La burguesía de Santa Cruz y el apoyo a un colla. 2009, <http://tuffiare.wordpress.com/2009/08/23/la-burguesia-de-santa-cruz-y-el-apoyo-a-um-colla/>.

– construída através do poder político do presidente boliviano – que se articula com uma nova fração da burguesia que denominaremos “burguesia paceña” e que juntas conformam uma aliança que hegemoniza o bloco no poder.

Portanto, demonstramos que a recaptura do nacionalismo boliviano está vinculada a uma resposta a um sistema de exploração, mesmo que tais contestações por muitas vezes não questionem as raízes desse sistema. Muitos elementos críticos nos são fornecidos a partir da caracterização de um governo nacional-popular que se apresenta como representante das massas, assumindo um discurso que problematiza uma mudança de paradigma em toda a América Latina, mas que ao mesmo tempo permite a aliança com frações da burguesia e a precedente formação de um bloco no poder com elementos novos vinculados a uma burguesia de Estado. Mesmo apresentando elementos nacionalistas e anti-imperialistas no discurso, esse novo bloco no poder continua se sustentando no extrativismo como modelo neodesenvolvimentista. Concluimos, pois, que a relativa força e continuidade do governo evista só se explica pela debilidade de redirecionamento tanto por parte da direita, como da esquerda política.